



# Câmara Municipal de Mairiporã

Estado de São Paulo

## ATA DA REUNIÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROJETO DE LEI nº 40/2024, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Aos doze dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e cinco minutos, no Plenário da Câmara Municipal, localizado na Alameda Tibiriçá, nº 422, realizou-se a primeira audiência pública, com transmissão ao vivo pelo **YouTube** e **Facebook** da câmara, objeto dos convites constantes da Matéria Legislativa nº 40/2024, sob a direção do **Vereador José Correia da Silva Neto, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal**, acompanhado do **Vereador Fernando Rachas Ribeiro, Vice-Presidente da Comissão** e do **Vereador Nilber Rosemberg Ladeia de Souza, Secretário da Comissão**. Abertos os trabalhos, constatou-se a presença da Secretária Municipal da Fazenda, Silvana Francinete da Silva e do Vereador Doriedson Antonio da Silva Freitas. Iniciando-se os trabalhos, o presidente da comissão convidou a Secretária da Fazenda para que fizesse as suas explanações, o que foi feito por meio de slides. A senhora secretária alertou acerca da primeira audiência realizada na data do dia cinco p. p, tendo nesse momento iniciado a apresentação da segunda audiência, que trouxe a fundamentação legal, bem como mencionou as obrigações do poder executivo frente ao orçamento público. Definiu e diferenciou o PPA, a LDO e a LOA, explicando que o PPA planeja, a LDO orienta e a LOA executa as políticas públicas e os programas de governo. Informou que os objetivos da LDO envolvem orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual e a execução do orçamento para o exercício seguinte, serve como um instrumento de fundamentação para realização de despesas de pessoal, dívida contratual, concessão de renúncia de receita, alterações na legislação tributária, reserva de contingência, transferências de recursos à entidades, além de ser base para execução do orçamento, caso o projeto da LOA não seja convertido em lei pelo Legislativo, contemplar as políticas de gestão governamental pelo Plano Plurianual, assegurar os recursos necessários à execução das despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal e evidenciar a transparência da gestão fiscal. Tratou das fases da LDO, que contemplam o diagnóstico, a elaboração, a análise e a aprovação, esclarecendo que as audiências da LDO contemplam a fase de análise, prévia à aprovação do projeto. Mencionou a cronologia da LDO e a importância de o projeto ser aprovado antes do recesso legislativo. Tratou sobre os quadros e anexos da elaboração da LDO, evidenciando que nos quadros I, II e III, são avaliadas as estimativas e projeção das receitas, as despesas e as dívidas consolidadas. Apresentou o Anexo de Metas Fiscais, que compreende oito tabelas, entre elas: receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida no último dia do exercício. Sobre o demonstrativo I, referente ao cálculo das receitas do anexo de metas fiscais, evidenciou que a coluna em destaque se tratava da projeção para o ano de 2025. Em relação aos riscos fiscais, tratou da possibilidade de a Fazenda Pública municipal ter que liquidar valores, existindo um total de R\$ 6,5 milhões, o que pode ocorrer, por meio das demandas judiciais e frustrações de arrecadação. Especificamente em relação às tabelas do Anexo de Metas Fiscais, mencionou a tabela I, referente às metas anuais, com as receitas e despesas e seus devidos índices inflacionários por meio do valor corrente. A tabela II também foi apresentada e diz respeito à avaliação do cumprimento das metas fiscais no exercício anterior, com os números do que foi arrecadado. A tabela III trata das metas fiscais atuais comparadas nos três exercícios anteriores. A tabela IV

Neto  
[Handwritten signatures and initials]



# Câmara Municipal de Mairiporã

Estado de São Paulo

menciona a evolução do patrimônio e a tabela V, a origem e a aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos, o que não ocorreu nos exercícios anteriores. A tabela VI trata da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, e, em específico, a tabela 6.1 traz a projeção atuarial do RPPS em relação ao plano previdenciário. Evidenciou que no ano de 2033 se vê a receita negativa do IPREMA, momento em que se passa a utilizar o saldo existente do exercício anterior. Asseverou que em 2050 o saldo do exercício anterior, com base na projeção, também estará negativo, razão pela qual são feitos aportes. A tabela VII menciona a estimativa e a compensação da renúncia de receita. A tabela VIII trata a margem e expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Trouxe, ainda, os índices inflacionários utilizados nas tabelas. Prosseguindo, mencionou o Anexo de Metas e Prioridades, que apresenta os programas e ações para o exercício, que se baseiam nas definições do PPA. O presidente da comissão questionou acerca da tabela IV, que continha dados que não coincidiam com os dados ali apresentados. A secretária respondeu que houve um equívoco de digitação e que no dia subsequente enviaria a tabela IV corrigida. O Vereador Nilber Rosemberg Ladeia de Souza questionou se o programa 4006, ação 1058, criação do Centro Dia do Idoso, seguiria na LDO, uma vez que existe a possibilidade de esta ação não se concretizar. A secretária respondeu que, na incerteza, a decisão foi a de manter o programa na LDO, e que quando a LOA for feita, provavelmente a ação será retirada. O Vereador Nilber Rosemberg Ladeia de Souza perguntou sobre o programa 3011, ação eventos esportivos, em que consta R\$ 10 mil, e a secretária respondeu que se trata de gestão e operacionalização do fundo municipal de esportes, que recebe um valor a ser utilizado, se for o caso. Mencionou que os valores que realmente se destinam aos eventos esportivos estão no programa 3009. O Vereador Doriedson Antonio da Silva Freitas questionou o que significaria a retirada na LOA em relação a criação do Centro Dia do Idoso, e foi esclarecido que a ação será retirada pois provavelmente não será executada, a depender da fase da implementação do centro. O Vereador Dori Freitas questionou, ainda, se o número apresentado do IPREMA, se trata de contribuições patronais ou todas as contribuições aplicáveis, e foi esclarecido que se trata de todas. O Vereador Dori Freitas questionou se a projeção atuarial da previdência estava atualizada, e a resposta foi afirmativa. O Vereador Doriedson Antonio da Silva Freitas questionou, ainda, sobre a projeção de realização de concurso público no ano subsequente. A resposta da secretária foi afirmativa. O Vereador Dori Freitas questionou sobre a existência de ações ou programas em relação a gastos de caminhões pipas, considerando que existem municípios com dificuldades de ter acesso à água. A secretária respondeu que quando foi feito o PPA, existia uma ação de encaminhamento de água, porém, quando os trabalhos foram passados para a Sabesp, isso foi retirado pela secretaria, porque em tese não haveriam mais gastos com tal ação. A secretária informou ainda que, na época, transmitiu esta solicitação ao secretário competente. O presidente da comissão respondeu que seria possível apresentar uma emenda, dentro do prazo, a fim de se criar uma ação para futura destinação de recursos. A secretária adicionou que a ação já existe, seria então o caso de reativá-la. O Vereador Dori Freitas questionou sobre as emendas impositivas e a possibilidade de o município utilizar o percentual de 2%, existente em âmbito federal, em vez de 0,45%. A secretária respondeu que são muitas as discussões em torno disso e que o município aderiu o percentual de 0,45%, por constar, inclusive, na Constituição Estadual. O Vereador Dori Freitas questionou quais os impactos de custeio que as obras do Quarteirão da Saúde poderão gerar. A secretária



# Câmara Municipal de Mairiporã

Estado de São Paulo

respondeu que não se sabe ao certo o custo que isso gerará, mas que o município sairá de alugueis e transferirá a sua atividade para o local, por isso, a tendência é a de não ter um impacto nas despesas. O Vereador Dori Freitas mencionou sobre a possibilidade de se construir um Hospital Veterinário e uma Casa do Autista. A secretária respondeu que existe uma preocupação em relação aos equipamentos, uma vez que os governos auxiliam na construção, mas o custeio será da prefeitura. O Vereador Dori Freitas questionou sobre a possibilidade de se realizar empréstimos. A secretária respondeu que o município tem margem para empréstimo, porque os seus indicadores são benéficos, mas que no momento não existe essa projeção. O Vereador Dori Freitas perguntou qual será o custo da PPP referente a iluminação pública para o município. A secretária respondeu que não haverá custo, pois a empresa recebe os valores das taxas e os aplica em seus próprios serviços. O Vereador Doriedson Antonio da Silva Freitas questionou se a implantação do Porto Seco e Centro Logístico tem tido avanços. A resposta foi afirmativa. O Vereador Dori Freitas perguntou se existe um estudo de eventual retorno de regularização fundiária de 100 casas. A secretária respondeu que não existe um estudo específico, mas que a regularização fundiária traz, além do aumento da arrecadação, diversos benefícios, como o de possibilidade de venda de imóvel e conseqüentemente movimentação do mercado imobiliário. O Vereador Dori Freitas mencionou sobre a educação ambiental na cidade e a importância de se desenvolver projetos em torno disso. Nessa linha, questionou se existia uma projeção de investimento para coleta de resíduos sólidos. A secretária informou que existia em torno de R\$ 21 mil a ser destinado para este objetivo. Menciona, ainda, o estudo de se implementar a reversão em créditos de atitudes pró-meio ambiente. O Vereador Dori Freitas questionou sobre a revisão do plano de mobilidade urbana. A secretária respondeu que o plano está em época de revisão. O presidente da comissão mencionou a importância de o orçamento ser observado neste tópico de mobilidade urbana, pois nem todas as ações seriam executadas com recursos de multas. A secretária voltou alguns slides e evidenciou que no programa 8005, especificamente as ações 2100, 2101, 2102, 2103 têm recursos oriundos, majoritariamente, de multas. Não havendo inscritos e não havendo nada mais a ser tratado, o presidente agradeceu a todos os presente, informou que a partir do dia útil subsequente à audiência, estaria aberto o prazo de dez dias para apresentação de emendas, e deu por encerrada a presente audiência pública, às dezoito horas e ~~cinquenta e cinco minutos~~. Da qual, para constar, eu, José Aparecido Pereira de Carvalho \_\_\_\_\_, conferi e Patrícia Rodrigues de Sousa \_\_\_\_\_ que secretariei os trabalhos, lavrou a presente ata, a qual vai assinada pelo Presidente da Comissão **JOSÉ CORREIA DA SILVA NETO** \_\_\_\_\_, pelo Vice-Presidente da Comissão, **FERNANDO RACHAS RIBEIRO** \_\_\_\_\_, e pelo Secretário **NILBER ROSEMBERG LADEIA DE SOUZA** \_\_\_\_\_.